

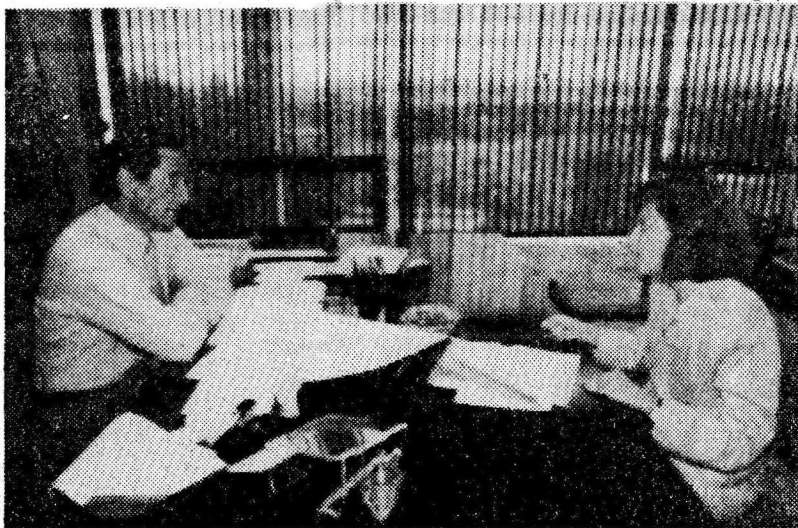
Zélia propõe a credor pagamento crescente

Divulgação

BRASÍLIA — A proposta de renegociação da dívida externa com os bancos privados internacionais, que a missão brasileira leva hoje para Nova Iorque, prevê pagamentos crescentes a cada ano e projeta uma solução de longo prazo. O documento contempla a possibilidade de revisão dos termos a serem acertados, em função de novas elevações do preço do petróleo ou dos juros internacionais, afirmou ontem a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

Com aparência cansada, depois de trabalhar por todo o feriado prolongado com sua equipe, a ministra informou que restam poucos detalhes a serem definidos. Pela manhã, ela levou a proposta ao presidente Collor e hoje volta ao Palácio do Planalto para apresentar o documento final a ser submetido aos credores. “Vamos provar que o Brasil é um país solvente e que as dificuldades que a economia brasileira atravessa são apenas conjunturais”, assegurou Zélia.

A ministra acrescentou que amanhã, quando se sentar à mesa com os 22 bancos do Comitê Assessor da dívida externa, a equipe brasileira de negociadores — chefiada



Pela manhã, Zélia apresentou a proposta a Collor

pelo embaixador Jório Dauster — apresentará, de forma detalhada, o programa de ajuste econômico brasileiro. Na quinta-feira, a missão apresentará a proposta de refinanciamento da dívida, que será, simultaneamente, divulgada pelo Ministério da Economia, em Brasília, e apresentada ao Senado Federal. Na sexta-feira, depois de uma conversa preliminar com os credores, a missão retorna ao Brasil, aguardando que seja marcada uma nova reunião com o comitê assessor.

A proposta brasileira inclui a disposição de não fazer qualquer pagamento de juros atrasados antes de concluída a negociação com os credores. Os cálculos e projeções elaborados levam em consideração a crise do Golfo Pérsico, com a possibilidade de novas elevações do preço do petróleo e das taxas de juros internacionais.

O agravamento dessa crise, segundo a ministra, pode levar a revisões no acordo de refinanciamento da dívida. “Nós e eles sabemos que

essa crise pode ter desdobramentos”, ponderou Zélia. O presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, disse que considera irreais os preços do petróleo e que as cotações desse produto tendem a se normalizar a partir de maio do próximo ano, quando começa o verão no hemisfério norte e cai a demanda por combustíveis.

Ontem, ao chegar ao Ministério da Economia, Ibrahim Eris disse que o governo pretende concluir, no menor prazo possível, o acordo com os credores, mas admitiu que isso vai depender da reação do comitê assessor à proposta que será levada pela missão brasileira. O documento está sendo mantido sob rigoroso sigilo. Em linhas gerais — como admite a ministra Zélia e alguns de seus assessores —, está mantida a posição de limitar a capacidade de pagamento do país a volumes anuais que não afetem o crescimento econômico. “Durante a década de 80, o Brasil teve seu crescimento econômico estagnado por falta de uma solução definitiva para o problema da dívida”, comentou o secretário de Política Econômica do ministério e um dos negociadores da dívida, Antônio Kandir.